

'Em favor dos ajustes

24 OUT 1986

Economia-
Brasil

GAZETA MERCANTIL

"Uma inflação de 200% ao ano incomodava, mas não mexia com a balança comercial." Com comentários como esse, o ex-ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, procurou defender ontem a política econômica que seguiu durante o governo Figueiredo em contraposição ao Plano Cruzado, como relata a repórter Ana Cláudia Cruz. Ele reconheceu que a inflação de 200% registrada ao final de um governo que assumiu com índices inferiores a 40% era "indecente", mas alegou que nos últimos anos da sua administração a taxa tinha-se estabilizado nesses 200%.

Delfim foi um entre mais de uma dezena de economistas não ligados ao governo que, em dois seminários sobre política econômica realizados ontem no Rio e em São Paulo, concordaram com a urgente necessidade de se adotarem ajustes no Plano Cruzado. O diagnóstico foi comum, mas as receitas variaram.

Eduardo Modiano, um dos economistas que mesmo na iniciativa privada contribuíram para os princípios do Plano Cruzado, defendeu a aplicação de um "segundo choque", que inclua o realinhamento de alguns preços e a redução dos gastos públicos através de uma reforma administrativa. Ele calcula que a aplicação desse segundo choque manteria a inflação anual em torno de 20%, mas reconhece que uma política mais gradualista também poderia ser utilizada por ser mais palatável do ponto de vista político. Nesse caso, porém, a inflação poderia chegar ao 40% em termos anuais, afirmou durante um debate promovido no Rio pela Câmara Britânica de Comér-

cio, segundo o repórter Nilo Sérgio Gomes.

O consenso de que há necessidade de medidas complementares imediatas baseia-se na constatação de que todas as decisões tomadas até agora não foram suficientes para refrear a demanda de modo a se tender para um reequilíbrio com a oferta. Carlos Antônio Rocca, presidente do Mappin e presidente do conselho curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE-USP), foi categórico a esse respeito: ele classificou como "ineficazes" o aperto na política monetária, as restrições impostas no crédito diretor ao consumidor e a cobrança dos empréstimos compulsórios, de acordo com a editora Célia de Gouvêa Franco. E lembrou um fator que poderá pressionar ainda mais a demanda: um processo de investimentos pesados, como quer e incentiva o governo, desencadearia, de imediato, maior procura por mão-de-obra, materiais e máquinas.

No mesmo seminário de que participaram Delfim e Rocca, promovido pela Faculdade de Economia e Administração da USP para comemorar os seus 40 anos, Fernando Homem de Mello, presidente da FIPE, disse à editora Vera Brandimarte temer que o processo de realinhamento dos preços acabe prejudicando a agricultura. Como os alimentos são o principal componente da cesta básica para as classes de renda mais baixa, a tendência governamental seria adiar ao máximo aumentos dos seus preços, o que desestimularia os agricultores.

(Ver páginas 3 e 19).